



CONJUNTURA

Metas sociais VIII

A avaliação da eficácia das nossas sempre criticadas políticas sociais carece de parâmetros. Abordamos aqui uma questão mais ética do que técnica: Que metas fixar? O PIB *per capita* parte do pressuposto ético de que “cada um vale o que ganha”. A adoção de índices de pobreza inverte esta ponderação, dando peso nulo àqueles cujas necessidades foram satisfeitas e zero aos demais. A escolha da medida de pobreza particular escolhida envolve, por sua vez, outros aspectos éticos. Primeiramente, a fixação da linha de pobreza. O outro aspecto se refere ao índice específico. A abordagem mais popular denominada P0, é a da contagem do número de pobres. Isto é, a parcela da população cuja renda familiar *per capita* está abaixo da linha arbitrada. O P1 é um outro indicador que revela quanto da renda adicional cada pobre deveria receber para satisfazer as suas necessidades básicas. P1 constitui um indicador mais interessante do que P0 por diferenciar o muito pobre do pouco pobre. Finalmente, o indicador P2 eleva ao quadrado a insuficiência de renda dos pobres. A meta de redução do P2, ao priorizar as ações voltadas aos mais carentes, é mais eficiente em termos fiscais.

Em suma, as prioridades da política social estão mal definidas com a contagem de pobres (P0), sua implicação é “primeiro os menos pobres”. Apesar da complexidade associada à maior aversão à pobreza do P2, o seu corolário imediato “primeiro os mais pobres” é, em minha opinião, eticamente mais adequado. O ataque à ignorância exige inteligência. Os pobres merecem mais do que políticas pobres. Não basta contar miseráveis, os mais miseráveis deveriam contar mais na formulação das metas sociais.